

Assunto: Encontro Jurídico com o corregedor geral da Justiça de PE e ministra do STJ	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: João Alberto
Página: c3	Data: 10/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO



O desembargador Eduardo Paurá, corregedor-geral de Justiça de Pernambuco, e a ministra Nancy Andrichi, corregedora-nacional de Justiça, em encontro jurídico

Assunto: Medalha dos Guararapes	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Opinião	Seção: João Alberto
Página: A8	Data: 10/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Medalhas dos Guararapes

GIOVANNI MASTROIANNI
ADVOGADO, ADMINISTRADOR E JORNALISTA
opiniao.pe@dabr.com.br

Recentemente, a imprensa noticiou que o ex-governador João Lyra Neto havia condecorado algumas autoridades do Estado com a Ordem do Mérito dos Guararapes, tendo sido galardoados, respectivamente, nos graus grande oficial e comendador, os representantes de Caruaru, Bernardino Berchió, Bispo Diocesano e o Sr. José Pereira. A Ordem do Mérito dos Guararapes é a mais alta condecoração do Estado de Pernambuco, tendo sido organizada e estruturada, também, por um caruaruense, o professor Darley de Lima Ferreira, especialista em heráldica, cujo decreto governamental recebeu o n.º 4891 de 20 de janeiro de 1978. O

ato foi exarado pelo então governador José Moura Cavalcanti.

São peças medalhísticas de apurado bom gosto, contendo na insígnia e no selo da ordem o seguinte memorial: "A insígnia da ordem constará de uma cruz de malta de prata dourada, com os ramos esmaltados de branco, carregada com um escudo estilo português, em cujo campo será reproduzida, em relevo, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, com trecho da paisagem que a circunda, encimada por um listel, onde será gravada a data 19 de fevereiro de 1649, em algarismos arábicos; o verso da insígnia terá, em relevo, sobre o ramo superior a palavra Pernambuco, sob o escudo a expressão Ordem do Mérito dos Guararapes e sobre os demais ramos os anos 1648, 1649

e 1978. A fita da ordem será nas cores azul-cobalto, branco e vermelho."

A ordem é composta de cinco graus: Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro. O autor da ordem é portador do grau de Grande Oficial. Brasileiros e estrangeiros já foram condecorados com as respectivas medalhas, estando ela devidamente registrada no Ministério das Relações Exteriores. O heraldista também foi o responsável pelas ordens de mérito Joaquim Nunes Machado, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Frei Caneca, do Tribunal Regional Eleitoral, Corpo Consular do Nordeste, além das medalhas de mérito da Escola Superior da Magistratura, do Ministério Público de Pernambuco, da Sociedade Pernambucana de Ensino Superior e muitas outras.

Com curso de genealogia no exterior, é considerado por diversas instituições do assunto um destacado especialista em heráldica.

Assunto: Menção a 4ª Vara Cível de Pernambuco	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: B2	Data: 10/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Tribuna do Senado vira “muro das lamentações”

Senadores que foram citados na lista da Lava-Jato usaram o plenário da Casa para reclamar da conduta do procurador-geral na apuração do caso

Citados na lista de políticos investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Operação Lava-Jato, os senadores Fernando Collor de Mello (PTB-AL) e Humberto Costa (PT-PE) utilizaram a tribuna do Senado para manifestar indignação pela inclusão dos nomes deles nos inquéritos. Ex-presidente da República, Collor se queixou da falta de acesso antecipado aos autos para se defender e disparou duras críticas à atuação do Ministério Público Federal (MPF). “Isso chega a ser agressão, sonegar as informações das pessoas citadas definitivamente não se coaduna com o Estado de direito”. A culpa da falha no procedimento, segundo ele, se deve a uma postura “parcial, irremediável e covarde” do MPF.

Já o líder do PT no Senado, Humberto Costa, afirmou que

são “frágeis” as peças do inquérito contra ele. Segundo a delação de Paulo Roberto, um empresário ligado ao senador teria pedido doação de R\$ 1 milhão para a campanha de 2010. “Paulo Roberto disse que determinou a Alberto Youssef a disponibilização de recursos para a minha campanha, mas que não sabe se Youssef o fez. O próprio doleiro comentou que nada dessa natureza passou por ele, que foi um engano de Paulo Roberto. No meio desse espetáculo de incoerências e contradições, parece incrível que alguém tenha encontrado elementos para a abertura de um inquérito”, criticou Costa.

Vitória

Humberto Costa já havia começado a se precaver, antes mesmo de ter o nome citado na lista do procurador-geral

Rodrigo Janot, contra acusações anônimas, e sem provas conclusivas, de envolvimento em corrupção. Ele conseguiu duas liminares contra publicações feitas no Twitter, uma das principais redes sociais da internet, para identificar 19 contas de usuários que causaram danos à sua imagem. O senador ainda aguarda o resultado de uma terceira ação cautelar impetrada contra o Twitter na 4ª Vara Civil do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Uma decisão que leva a reflexões sobre as consequências do que se fala na internet.

O juiz da 4ª Vara Civil, Tomás Araújo, foi procurado para comentar o assunto, mas disse não poder falar sobre a ação que está em andamento desde o início de janeiro, a qual pede a quebra do sigilo de mais dois usuários da rede social, somando 21 no total.



Humberto Costa (PT) fez discurso no Plenário do Senado Federal, ontem, durante sessão não deliberativa

Assunto: Cinco crimes que chocaram o estado	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção:
Página: A4	Data: 10/03/2015

DIARIOdePERNAMBUCO

Recife, TER - 10/03/2015

Cinco crimes que chocaram o estado



Pedido de anulação do júri do Caso Serrambi será analisado hoje pelo TJ. Confira no site uma lista de crimes que marcaram Pernambuco: diariode.pe/bb11

Assunto: Acusados são absolvidos	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: local	Seção:
Página: a6	Data: 10/03/2015

DIÁRIOdePERNAMBUCO

RADIALISTA MORTO

Acusados são absolvidos

A Justiça absolveu ontem três réus que respondiam pelo assassinato do radialista e apre-

sentador Luciano Leitão Pedrosa, 46 anos. O caso aconteceu em Vitória de Santo Antão, em 2011, e teve forte repercussão no estado. Luciano teria sido executado porque denunciava crimes em seu programa de rádio.

Assunto: Juiz explica motivos de prisão mantida	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: política	Seção:
Página: b5	Data: 10/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

BERNARDO DANTAS/DP/D.A PRESS



Rocha: Vara trata todos os reeducandos de maneira igual

PEDRO CORRÊA

Juiz explica motivos de prisão mantida

Uma série de informações desconstruídas, bem como a não comprovação das horas de trabalho cumpridas e a imprecisão de um certificado de curso à distância foram algumas das justificativas apontadas pelo juiz Luiz Rocha, da 1ª Vara de Execuções Penais, para negar o pedido de redução da pena do ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP). Condenado por envolvimento no mensalão, o ex-parlamentar será investigado pela Operação Lava-Jato por supostamente ter recebido R\$ 5,3 milhões, referentes ao esquema de propina na Petrobras.

Segundo o magistrado, três questões foram fundamentais para a negação do pedido, deferido em janeiro. A primeira diz respeito a um certificado de ensino à distância. "O documento afirma que foram cumpridas cerca de 450 horas/aula. Para o Judiciário, trata-se de uma imprecisão, já que é preciso haver objetividade", disse, acrescentando que a Secretaria de Ressocialização e a Justiça não foram previamente informadas sobre a realização da atividade.

As outras fazem referência aos trabalhos desenvolvidos por Pedro Corrêa no Centro de Ressocialização de Canhotinho (CRA), onde está preso desde 2013, e numa clínica

médica da cidade de Garanhuns. A defesa do ex-parlamentar afirmou que ele havia trabalhado mais de 200 dias, o que, segundo o juiz, não foi comprovado. "Na clínica, não havia a folha de pagamento dele, e os documentos indicavam que o reeducando havia trabalhado apenas seis dias no mês de maio". No CRA, apesar de haver folha de pagamento, os funcionários não souberam informar as atividades de Pedro Corrêa, tampouco o período em que ele trabalhou.

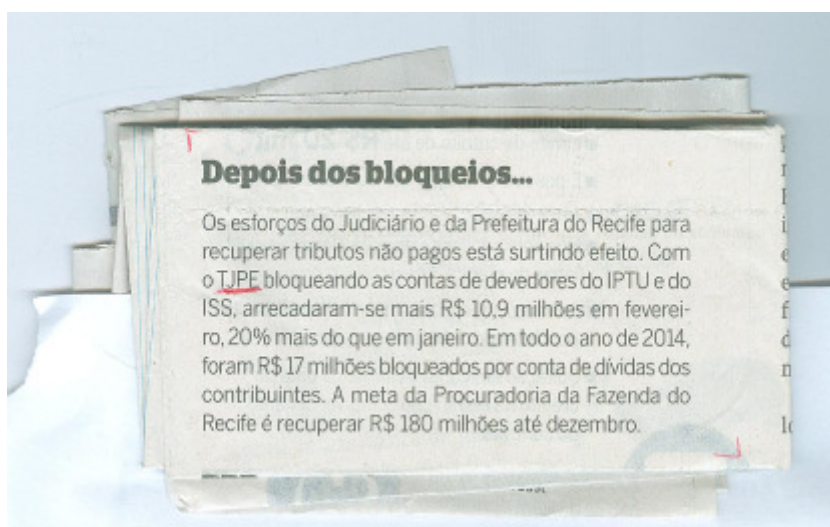
Defesa

O advogado de defesa do ex-parlamentar, Plínio Nunes, afirmou que reuniu as provas documentais e que recorreu da decisão ao Supremo Tribunal Federal. "Há documentos que demonstram a atividade laborativa, além de testemunhas", disse. Ele acusou o juiz de perseguição. "Estamos buscando uma forma de afastá-lo do cargo, porque ele se comporta de maneira parcial".

O juiz rebateu as acusações. "Talvez o incômodo seja pelo fato de que tratamos todos os reeducandos de maneira igual. O poder econômico e social dele (Pedro) pode até interferir no sistema prisional, mas para a Vara não faz a menor diferença".

Assunto: Depois dos bloqueios (Executivos Fiscais)	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Economia	Seção: Diário Econômico
Página: b7	Data: 07/03/2015

DIÁRIOdePERNAMBUCO



Assunto: Novo round entre a OAB e Uchoa	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção:
Página: 6	Data: 10/03/2015

jornal do commercio

Novo round entre a OAB e Uchoa

Rixa que se prolonga há cinco anos, o presidente Alepe, Guilherme Uchoa (PDT), voltou a confrontar a OAB-PE, ontem, acusando a entidade de perseguição “pessoal” desde a presidência de Jayme Asfora. Com a ação civil pública contra sua 4ª reeleição parada na 2ª Vara da Fazenda, Uchoa insinuou que a OAB entrou de propósito com peça jurídica errada. “Só para me irritar”.

Uchoa acusou, ainda, Asfora – vereador e atual secretário da Juventude do Recife – de ter ajudado a OAB a conseguir “doação” da Prefeitura de terreno para estacionamento dos advogados, no Fórum da Joana Bezerra, mas usar a área para “arrecadar”. “É pessoal. Asfora era contra o auxílio-paletó, mas recebeu todos na Câmara. Criticava comissionados, mas nomeou 23 na PCR”, disparou.

O presidente da OAB, Pedro Henrique Reynaldo rebateu, afirmando que o terreno “não é doação” e sim cessão de uso, e que a Ordem repassa R\$ 5 mil/mês para o Instituto de Assistência Social da PCR. “Foram R\$ 280 mil para recuperar a área e R\$ 30 mil/mês para manter”, reagiu. Em nota, Jayme Asfora disse que o convênio “foi fechado quando não estava na PCR, nem ocupava cargo na OAB”.

Assunto: Anulação do Júri de Kombeiros	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção:
Página: 2	Data: 10/03/2015

jornal do commercio

Anulação do júri de kombeiros na pauta do TJPE

A apelação do Ministério Público pedindo a anulação do julgamento dos irmãos Marcelo e Valfrido Lira (acusados de serem os assassinos das adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão, em maio de 2003) está na pauta da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Mas não há garantias de que seja julgada hoje. Os kombeiros foram absolvidos pelo júri realizado em 2010, em Ipojuca. O Ministério Público pediu a anulação do julgamento, alegando que a decisão dos jurados foi contrária às provas apresentadas nos autos. Os três desembargadores que compõem a Câmara (o relator, Roberto Ferreira Lins; o revisor, Fausto Campos; e Odilon de Oliveira Neto), se reúnem às 14h, na sede do TJPE. As jovens desapareceram na Praia de Serrambi, Litoral Sul, em maio de 2003.

Assunto: TJPE: Mais agilidade para os julgamentos	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Últimas Notícias	Seção:
Página: 2	Data: 10/03/2015



TJPE

Mais agilidade para os julgamentos

DIEGO MENDES

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, celebrado no último domingo, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) começou, ontem, a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa pretende julgar cerca de dois mil casos de violência contra mulher em todo o Estado. A jornada foi aberta ontem, com o julgamento de Ednaldo Francisco da Silva, na 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. Ele é acusado de ter tentado matar, em 2013, a ex-mulher Marília Ribeiro de Barros. Até o fechamento desta edição, o julgamento não tinha sido encerrado.

Hoje, a ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia, estará acompanhando os trabalhos em Pernambuco e ainda deverá presenciar a sanção da ordem de liberação de recursos para abertura de mais duas Varas da Mulher. Sendo uma em Caruaru, no Agreste do Estado, e outro em Petrolina, no Sertão.

O presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, ainda estuda a ampliação das duas Varas da Mulher da Capital. “A ideia é fazer o mesmo que ocorreu com as Varas Cíveis, quando elas foram transformadas em seções. Dessa forma, cada Vara da Mulher terá duas seções, uma atenden-



Felipe Ribeiro

CASOS estão sendo julgados esta semana pelo Tribunal

do de manhã e outra à tarde, das 9h às 19h. Mas é um estudo. Se aprovado, vai ser encaminhado a Assembleia, para depois ir ao governador”, explicou.

Na programação da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, o TJPE está disponibilizando, até a próxima sexta-feira, uma Vara da Mulher móvel, em Jaboatão

dos Guararapes, onde já existe uma unidade fixa.

“A cidade tem elevado índice de crimes contra as mulheres. Esse é o motivo do reforço, que contará com a participação de nove juízes, promotores, defensores públicos, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça”, disse o desembargador Frederico Neves.

Assunto: OAB-PE elabora novo código (Menção à Vara de Execuções Penais)	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 2	Data: 10/03/2015



Órgão criou uma comissão para atualizar o documento

OAB-PE elabora novo código penitenciário

Wagner Ramos/Arquivo Folha



“ A legislação federal permite regulamentar algumas ações em cada estado, de acordo com cada peculiaridade.”

Marcellus Ugiette, promotor de execuções penais

Folha resume

Uma comissão da Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco (OAB-PE) vai elaborar um novo código penitenciário para o Estado. No total, 21 pessoas relacionadas ao sistema carcerário trabalharão na regulamentação dos direitos e deveres da população prisional. O resultado será entregue à gestão estadual.

■ **GRUPO de trabalho terá seis meses para apresentar resultados que serão remetidos ao Governo do Estado e à Alepe**

Um novo código penitenciário como contribuição ao sistema carcerário de Pernambuco. Para isso, a Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB-PE) criou uma comissão que vai elaborar um novo documento nos próximos seis meses. O dispositivo regulamentador será entregue ao governador Paulo Câmara e à Assembleia Legislativa (Alepe). Ontem, o grupo de trabalho se reuniu pela primeira vez e já delegou tarefas aos 21 participantes. O próximo encontro está marcado para o dia 30 deste mês, quando todos terão que levar suas primeiras sugestões. Segundo o presidente da comissão, o juiz aposentado Adeildo Nunes, a iniciativa pretende atualizar o código pernambucano.

“A OAB tomou essa decisão porque o código que utilizamos é 1978. Está ultrapassado. Ele dificulta os trabalhos nas varas de execução. O presidente da ordem, Pedro Henrique Reinaldo, me deu carta branca para convidar as pes-

soas que entendem do sistema penitenciário. Nosso grupo trabalhará na elaboração desse novo código para que, posteriormente, possamos entregá-lo à OAB e ao Governo do Estado. Será nossa contribuição”, explicou Nunes.

Para o promotor da Vara de Execuções Penais Marcellus Ugiette, que foi eleito relator da comissão, a atualização do código é imprescindível. Ele esclareceu que, basicamente, três pontos serão abordados nos próximos seis meses: a classificação dos reeducandos; os direitos; e os deveres da população carcerária. “Tudo dentro da Constituição Federal. A questão dos agentes penitenciários: sobre como deve ser o trabalho deles e quais procedimentos devem seguir. A questão da punição disciplinar do preso. A religião. A cultura. O esporte. A lei diz que eles têm direito à religião e à saúde, mas não especifica como isso tem que acontecer. É o que faremos. Vamos regulamentar tudo isso”, destacou Ugiette.

Dentro dessa possibilidade, detalhes que não são bem explicados no código penitenciário atual serão pontuados no novo dispositivo. “A legislação federal possibilita aos estados legislar em matéria de execução penal. Por exemplo, ela permite regulamentar algumas ações em cada estado, de acordo com cada peculiaridade”, ressaltou.

Assunto: Em destaque: Caso Serrambi	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 2	Data: 10/03/2015



Em destaque

Reprodução



■ **SERRAMBI** - A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) deve se reunir hoje para votar a apelação dos promotores para que o júri popular que absolveu os irmãos kombeiros Marcelo e Valfrido Lira, em setembro de 2010, seja anulado. A decisão deverá ser tomada pelos desembargadores Fausto Campos, que é o revisor do processo, Roberto Ferreira Lins, que é relator, e Odilon de Oliveira Neto, que também compõe a 1ª Câmara Criminal.

Assunto: Jornada do TJPE foca em crimes contra mulheres	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção:
Página: 1	Data: 09/03/2015



> Audiências

Jornada do TJPE foca em crimes contra mulheres

Últimas notícias > Página 2

Assunto: Participação de ministra do STF em evento do TJPE	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção: Persona/Roberta Jungmann
Página: 1	Data: 09/03/2015



MINISTRA VEM

O presidente do TJPE, Frederico Neves, recebe a ministra do STF Carmem Lúcia, junto com a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, amanhã. Elas vêm acompanhar as atividades da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. O evento rola até sexta e busca combater os casos de violência contra a mulher. O número de audiências agendadas no Estado impressionou a ministra. Serão 2 mil durante o período.

Assunto: Corrêa: juiz explica por que manteve prisão	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Corrêa: juiz explica por que manteve prisão

Do Diario de Pernambuco

Uma série de informações desconstruídas, bem como a não comprovação das horas de trabalho cumpridas e a imprecisão de um certificado de curso à distância foram algumas das justificativas apontadas pelo juiz Luiz Rocha, da 1ª Vara de Execuções Penais, para negar o pedido de redução da pena do ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP).

Condenado por envolvimento no mensalão, o ex-parlamentar será investigado pela Operação Lava-Jato por supostamente ter recebido R\$ 5,3 milhões, referentes ao esquema de propina na Petrobras.

Segundo o magistrado, três questões foram fundamentais para a negação do pedido, deferido em janeiro. A primeira diz respeito a um certificado de ensino à distância. “O documento afirma que foram cumpridas cerca de 450 horas/aula. Para o Judiciário, trata-se de uma imprecisão, já que é preciso haver objetividade”, disse, acrescentando que a Secretaria de Ressocialização e a Justiça não foram previamente informadas sobre a realização da atividade.

As outras fazem referência aos trabalhos desenvolvidos por Pedro Corrêa no Centro de Ressocialização de Canhotinho (CRA), onde está preso desde 2013, e numa clínica médica da cidade de Garanhuns. A defesa do ex-parlamentar afirmou que ele havia trabalhado mais de 200 dias, o que, segundo o juiz, não foi comprovado. “Na clínica, não havia a folha de pagamento dele, e os documentos indicavam que o reeducando havia trabalhado apenas seis dias no mês de maio”. No CRA, apesar de haver folha de pagamento, os funcionários não souberam informar as atividades de Pedro Corrêa, tampouco o período em que ele trabalhou.

Assunto: TJPE realiza 2 mil audiências de casos de violência contra mulher	
Veículo: CNJ	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



TJPE

Tribunal realiza 2 mil audiências de casos de violência contra mulher

Assunto: Tribunal realiza 2 mil audiências de casos de violência contra mulher	
Veículo: CNJ	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Tribunal realiza 2 mil audiências de casos de violência contra mulher



A Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa tem início na próxima segunda-feira (9/3). O Tribunal de Justiça de Pernambuco integra o movimento, que tem como foco o combate à violência contra a mulher. Até o dia 13, estão agendadas mais de 2 mil audiências envolvendo crimes contra mulheres.

Outras medidas também integram o calendário de atividades, que fazem alusão ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Na terça-feira (10/3) a ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia, acompanhará o andamento dos trabalhos, juntamente com a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, e o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves.

A iniciativa conta com o apoio do Executivo estadual, através da Secretaria de Defesa Social (SDS) e da Secretaria da Mulher, além do Ministério Público e da Defensoria Pública. Durante a Semana, o Judiciário pernambucano também contará com uma Vara de Violência Doméstica itinerante, que funcionará ao lado de uma delegacia móvel da SDS. Uma equipe interinstitucional composta por juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça atenderá mulheres em busca de orientação e apoio sobre a Lei Maria da Penha.

A Vara itinerante funcionará em um equipamento móvel com estação de trabalho, guichês de atendimento e salas de audiência cedido pela Secretaria de Defesa Social. Nove juízes atuarão na unidade, que estará em Jaboatão dos Guararapes, cidade escolhida pelos índices de violência.

Novas varas – Está aguardando sanção um projeto de lei encaminhado pelo desembargador Frederico Neves que cria Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Caruaru e Petrolina. Dados estatísticos revelam que, no ano de 2014, de janeiro a agosto, a Delegacia da Mulher de Caruaru já contava com 1.172 ocorrências registradas e a de Petrolina, com 617. A análise da evolução dos dados da especializada, em Caruaru, nos últimos 6 anos, indica um crescimento superior a 200% no número de casos registrados.

As informações extraídas do Sistema de Acompanhamento Processual do Tribunal também permitem concluir que, em ambas as comarcas, os feitos relacionados à violência contra a mulher correspondem a 30% do acervo processual das varas

criminaes, jรก bastante expressivo. "Precisamos dar uma resposta  sociedade e essa mobilizaçaõ busca dar visibilidade ao assunto. Atuaremos com disposiçaõ e, com a integraçaõ existente entre os poderes, acreditamos que obteremos bons resultados", ressaltou o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves.

Fonte: TJPE

Assunto: Determinado leilão judicial para veículos apreendidos em Pernambuco	
Veículo: CNJ	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Determinado leilão judicial para veículos apreendidos em Pernambuco



A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, atendendo a uma indicação da Corregedoria Nacional de Justiça, determinou a realização de leilão judicial unificado para os veículos apreendidos e recolhidos no Depósito de Veículos da Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal.

Constam hoje no depósito, que funciona em um terreno do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), cerca de 150 veículos apreendidos ou penhorados por ordem da Justiça Estadual de Pernambuco.

Como o local não apresenta condições adequadas para o armazenamento dos veículos, por falta de espaço e de estrutura de segurança, a Polícia Federal formulou uma consulta à Corregedoria Nacional de Justiça, que, por sua vez, acionou a corregedoria regional.

Segundo documentação apresentada, a remoção de todos os veículos para o depósito da Justiça estadual ou outro espaço físico mostrou-se impraticável, o que levou ao leilão judicial antecipado.

A possibilidade de alienação antecipada é prevista quando há risco de comprometer o valor dos bens apreendidos, ou seja, quando estão sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção.

Entorpecentes - Segundo auditoria realizada, dos veículos recolhidos, 66 estão vinculados a processos oriundos das duas varas de entorpecentes de Pernambuco.

Dentre estes, apenas aqueles que não tiverem sentença condenatória transitada em julgado serão leiloados.

Para aqueles veículos com sentença transitada em julgado, fica determinado o perdimento, quando os bens passam a ser de propriedade da União. A retirada destes veículos ficará a cargo da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad).

Assunto: Anulação de julgamento deve ser votada nesta terça	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Assunto: Caso Serrambi: anulação de julgamento deve ser votada nesta terça	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Caso Serrambi: anulação de julgamento deve ser votada nesta terça

Pai de Tarsila, comerciante José Vieira, tem esperanças que aconteça um novo júri popular



Adolescentes foram fotografadas por um amigo na praia. Crédito: Arquivo

Nesta terça-feira (10), o Caso Serrambi, como ficou conhecida a investigação das mortes das adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão, pode ganhar mais um capítulo. A partir das 14h, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai se reunir e deve votar a apelação dos promotores para que o júri popular que absolveu os irmãos kombeiros Marcelo e Valfrido Lira, em setembro de 2010, seja anulado.

Em março de 2014, o procurador de Justiça Criminal do Ministério Público de Pernambuco Gilson Roberto de Melo Barbosa emitiu parecer negativo ao pedido. O procurador alegou fragilidade nas provas apresentadas contra os acusados.

O comerciante José Vieira de Melo, pai de Tarsila Gusmão, tem esperanças que o julgamento realizado em Ipojuca seja anulado. “Para mim, o maior absurdo foi a realização desse júri popular em Ipojuca. Dos sete jurados, cinco eram conhecidos ou vizinhos dos réus. Espero que a Justiça um dia seja feita. As meninas entraram naquela Kombi. Eu tenho esperanças que aconteça um novo julgamento e desta vez no Recife”, destacou Vieira.

Após cinco dias de julgamento, os Lira deixaram o Centro de Triagem em Abreu e Lima, onde estavam presos, depois que os jurados decidiram por quatro votos contra três que eles eram inocentes em relação aos assassinatos.

Assunto: Acusados de assassinar apresentador de TV são absolvidos pela Justiça	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Acusados de assassinar apresentador de TV são absolvidos pela Justiça

Três réus apontados como responsáveis pela morte do apresentador e radialista Luciano Pedrosa, em 2011, foram inocentados em júri popular



Crime, em 2011, chocou moradores de Vitória de Santo Antão. Foto: Teresa Maia/DP/D.A.Press

A Justiça absolveu, nesta segunda-feira (9), três réus apontados como responsáveis pelo assassinato do radialista e apresentador de TV Luciano Leitão Pedrosa, 46 anos. O caso aconteceu em Vitória de Santo Antão, em 2011, e teve forte repercussão no estado. O júri popular entendeu que o mototaxista Cláudio Pereira da Silva era inocente. Sobre o presidiário Josemir Soares da Silva, apontado pela polícia como mandante do crime, e o irmão dele, Josimar Soares da

Silva, os jurados afirmaram acreditar na culpabilidade deles no caso, mas decidiram que os mesmos não deveriam ser condenados.

O juiz Uraquitan José dos Santos, da 1ª Vara Criminal de Vitória de Santo Antão, presidiu o julgamento. Após o sorteio dos sete jurados, os réus foram ouvidos. Nenhuma restemunha foi requerida. Em seguida, começou a fase de debates entre Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e defesa dos réus. Por fim, o magistrado convocou os jurados para reunião, onde os votos foram contabilizados. Após isso, aconteceu a leitura do veredicto. O MPPE pode recorrer da decisão.

Relembre o caso - Luciano Pedrosa teria sido executado porque denunciava crimes em seu programa de rádio. O mandante do crime não teria gostado dos comentários do radialista sobre o domínio de bocas de fumo da região. A vítima foi atingida com um tiro na testa quando estava dentro de um restaurante no centro de Vitória, em 9 de abril de 2011. De acordo com as investigações, Cláudio Pereira ajudou na fuga de Dailton Gomes Brasil (que ainda será julgado), responsável pelo tiro que matou o apresentador. A ordem teria partido de dentro do Presídio de Limoeiro.

Assunto: Cinco crimes que chocaram Pernambuco nos últimos 15 anos	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Cinco crimes que chocaram Pernambuco nos últimos 15 anos

Diario relembra casos policiais que aconteceram no estado e tiveram repercussão nacional e até internacional

Na véspera da decisão sobre o pedido de anulação do julgamento do Caso Serrambi, como ficou conhecido o crime que resultou na morte de duas adolescentes de classe média do Recife, o Diario de Pernambuco relembra cinco crimes de grande repercussão que aconteceram no estado nos últimos 15 anos. Confira a seleção a seguir:

1 - Canibais de Garanhuns



Trio confessou crimes durante julgamento, em 2014. Foto: Paulo Paiva/DP/D.A.Press

Acusados de assassinar, esquartejar e comer a carne humana das vítimas, os “Canibais de Garanhuns”, como o caso ficou conhecido, ganhou repercussão internacional. Jorge Beltrão, Isabel Pires e Bruna Silva foram responsáveis por pelo menos três mortes, segundo a polícia. Depoimentos revelaram que o trio recheava salgados, como empadas, com carne humana e vendiam em Garanhuns, no Agreste, onde moravam até serem presos em 2012. O julgamento aconteceu em novembro

de 2014. O júri popular, em Olinda, votou pela condenação deles em relação ao assassinato de uma adolescente de 17 anos.

As penas:

Jorge Beltrão pegou 21 anos e seis meses de reclusão, mais um ano e seis meses de detenção e 320 dias de multa por homicídio quadruplicamente qualificado, ocultação de cadáver e vilipêndio (por molestarem o corpo após o assassinato)

Bruna Silva e Isabel Pires foram condenadas a 19 anos de reclusão, um ano de detenção e 120 dias de multas, também por homicídio quadruplicamente qualificado, ocultação de cadáver e vilipêndio

Os três permanecem presos e ainda serão julgados por outras duas mortes em Garanhuns

2 - Caso Alcides

Filho de uma ex-catadora de lixo, Alcides do Nascimento Lins, 22 anos, ficou conhecido nacionalmente por entrar numa universidade pública com destaque. Mas a história de superação terminou em tragédia, que chocou o país. Faltando poucos meses para se formar em biomedicina, ele foi morto a tiros na porta de casa. Os assassinos, João Guilherme Nunes da Costa e um adolescente de 17 anos, estavam à procura de um vizinho de Alcides. Como o rapaz não se encontrava no local, mataram o estudante para “não perder a viagem”. João Guilherme foi condenado em julgamento em junho de 2011. No caso do adolescente, a Justiça determinou três anos de medida socioeducativa na unidade de internação da Funase.



Alcides ficou conhecido em 2007, depois de passar em primeiro lugar da rede pública na UFPE. Foto: Alexandre Gondim/DP/D.A.Press

As penas:

João Guilherme foi condenado a 25 anos de prisão, sendo 21 anos por homicídio e 4 anos por corrupção de menor. Continua preso

O adolescente, na Funase, se envolveu em denúncias de tortura a outro companheiro de cela. Foi transferido para o Cotel. Ano passado, foi condenado por este novo crime

3 - Caso Serrambi



Adolescentes passaram dez dias desaparecidas até que os corpos foram encontrados. Foto: Divulgação

Os corpos das adolescentes de classe média Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão, ambas de 16 anos, foram encontrados em um canavial à beira da PE0-15 em Camela, Mata Sul do estado, em 13 de maio de 2003. As duas estavam desaparecidas há dez dias. Até então elas passavam o fim de semana na casa de amigos em Serrambi, Litoral Sul do estado. Investigações das polícias Civil e Federal apontaram que os irmãos Marcelo e Valfrido Lira, ambos kombeiros, foram

acusados pelo crime. Em julgamento, em 2010, ambos foram absolvidos. O Ministério Público de Pernambuco pediu a anulação do júri alegando que haviam jurados que seriam pessoas conhecidas dos réus. O crime permanece impune.

4 - Caso Jennifer

Motivados pelo pagamento de um seguro de vida no valor de R\$ 1,2 milhão, o marido e os sogros da alemã Jennifer Marion Kloker criaram um plano para assassiná-la em viagem ao Brasil. Em fevereiro de 2010, na quarta-feira de cinzas, o corpo foi

encontrado com três tiros na BR-408, em São Lourenço. Familiares alegaram que a morte aconteceu após um assalto. Ao longo das investigações, a polícia foi montando as peças do quebra-cabeça, que revelaram ainda a contratação de Alessandro Neves dos Santos por R\$ 5 mil para executar a vítima. Delma Freire, sogra da vítima, foi identificada como a mentora do crime. O marido, Pablo Tonelli, e o sogro, Ferdinando Tonelli, foram presos junto com ela. Dinarte Dantas, irmão de Delma, teria comprado a arma usada no assassinato. O julgamento aconteceu em dezembro de 2012. Todos foram condenados.



Familiares da turista Jennifer Klover simularam um assalto seguido de morte, mas polícia desvendou caso. Foto: Juliana Leitão/DP/D.A.Press

As penas:

Delma pegou pena de 32 anos de prisão pelos crimes de formação de quadrilha e homicídio duplamente qualificado, além de fraude processual

Pablo e Ferdinando foram condenados a 25 anos e 6 meses de prisão pelos crimes de homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha

Dinarte pegou pena de 14 anos por homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha. Recebeu uma pena mais leve por ter colaborado com as investigações da polícia, inclusive na criação de um retrato falado do executor do crime

Alessandro foi condenado a 26 anos por homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha

5 - Caso Alisson Jerrar



Acidente provocou a morte de Aurinete Gomes e deixou o marido e a filha dela feridos. Foto: Ricardo Fernandes/DP/D.A.Press

Dirigindo sob efeito de álcool e supostamente em alta velocidade, o empresário Alisson Jerrar Zacarias dos Santos provocou um acidente de trânsito e matou a técnica de laboratório Aurinete Gomes de Lima dos Santos. Alisson ultrapassou um semáforo no cruzamento da Avenida Domingos Ferreira com a Rua Ernesto de Paula Santos, na Zona Sul do Recife, em 13 de dezembro de 2008. O marido e a filha da vítima foram atingidos, mas sobreviveram. O caso foi considerado um

dos mais emblemáticos de Pernambuco porque a Polícia Civil indiciou o acusado por

homicídio doloso (quando há intenção de matar). Até então, em casos como este, os indiciamentos eram por homicídio culposo (sem intenção). O julgamento do empresário aconteceu em setembro de 2014. Ele foi condenado.

A pena:

Oito anos em regime semiaberto por homicídio doloso e duas tentativas de homicídio. Ele recorre da pena em liberdade

Assunto: Decisão sobre punição à juíza pernambucana é adiada	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Decisão sobre punição à juíza pernambucana é adiada



Votação será feita por 15 desembargadores da Corte Especial do TJPE.
Foto: Paulo Paiva/DP/D.A.Press

Foi adiada para a próxima segunda-feira (16) a decisão da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) em relação à possível punição à juíza Andréa Calado, da Vara da Infância e Juventude de Olinda, por indícios de irregularidades na conduta funcional. O novo adiamento aconteceu porque o desembargador Bartolomeu Bueno, que pediu vistas ao processo, na semana passada, faltou à audiência hoje.

A decisão final caberá aos 15 desembargadores que formam a Corte Especial do TJPE. O grupo ainda pode decidir pelo arquivamento do processo. Caso contrário, será definido se a juíza sofrerá advertência, censura, remoção compulsória ou a aposentadoria compulsória. O relator do caso, o desembargador Fausto Campos, deu o voto para que a magistrada fosse penalizada com a remoção compulsória, ou seja, será transferida para outra comarca do estado.

O caso começou a ser apurado após a magistrada ser denunciada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) por suposta irregularidade de um processo de guarda provisória de uma criança a um casal que vive nos Estados Unidos e não fazia parte do Cadastro Nacional de Adoção - como determina a legislação brasileira.

A denúncia, em 2013, foi publicada com exclusividade pelo Diário de Pernambuco. Na época, o MPPE ainda apontou suposto tráfico de influência no processo envolvendo o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco e a filha dele, a advogada Giovana Uchoa.

Em janeiro de 2014, o PAD foi aberto após investigações da Corregedoria Geral de Justiça apontarem indícios de assédio moral e coação de servidores, falsidade ideológica e atrasos em decisões judiciais para satisfazer interesses pessoais, entre outras denúncias. O desembargador Frederico Neves, então corregedor geral do TJPE, responsável pela apuração do caso, pediu votou a favor da abertura do PAD - o que foi aceito pela Corte Especial.

Enquanto o processo segue em tramitação, a magistrada continua a exercer suas funções normalmente na Vara da Infância e Juventude de Olinda. Em relação à denúncia de facilitação no processo de adoção, a Corte Especial do TJPE decidiu não apurar, pois argumentou que a possível irregularidade não pode ser classificada como má-conduta e porque a criança foi devolvida pelo casal - pondo fim ao processo de adoção.

Assunto: Operação tenta prender suspeitos de assaltos e latrocínios - 1ª Vara Criminal de Camaragibe	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Operação tenta prender suspeitos de assaltos e latrocínios

A Polícia Civil de Pernambuco realiza na manhã desta terça-feira a Operação Camarã para prender pessoas suspeitas de envolvimento em assaltos e latrocínios. A meta é cumprir 15 mandados de prisão e oito de busca domiciliar expedidos pela 1ª Vara Criminal de Camaragibe.

Os presos estão sendo encaminhados para a sede do Grupo de Operações Especiais (GOE), no bairro do Cordeiro, no Recife. Sessenta policiais civis, entre delegados, agentes, escrivães participam da ação, coordenada pela Diretoria Integrada Metropolitana.

Assunto: Mutirão em presídios do Recife mostra descaso e desrespeito à lei	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Mutirão em presídios do Recife mostra descaso e desrespeito à lei

Atendimento de força-tarefa de defensores segue até sexta-feira (13). No Complexo do Curado, 61% dos detentos são presos sem condenação.



Coordenadores do mutirão discutem processos no Fórum Joana Bezerra, no Recife (Foto: Luna Markman/ G1)

O mutirão de defensores públicos no Complexo do Curado, na Zona Oeste do Recife, entra na última semana e um balanço preliminar mostra um descaso alarmante com os processos dos presos. O número de atendimentos realizados desde o dia 2 de março ainda não foi divulgado, mas o G1 levantou, com exclusividade, casos absurdos de pessoas que estão reclusas de forma indevida. Existe, por exemplo, o processo de um homem que poderia ter migrado para o regime semiaberto há 12 anos, mas sofre até hoje com a privação

da liberdade. No início deste ano, o conjunto de presídios registrou uma série de rebeliões violentas, deixando três mortos e dezenas de feridos, e uma das principais reivindicações dos detentos era mais agilidade para os processos.

Galeria: fotos revelam precariedade

A força-tarefa com 48 profissionais de várias partes do Brasil foi montada por meio da Defensoria Sem Fronteiras, programa que está sendo coordenado localmente pelo defensor Arthur Neto. Na opinião dele, um dos principais problemas do sistema carcerário pernambucano é a falta de análise dos pedidos dos direitos na execução penal pela Justiça, como progressão de pena e livramento.

Esse fator implica na superlotação, por exemplo, do Complexo do Curado, que abriga tanto detentos já condenados como presos provisórios -- aqueles que não tiveram condenação definitiva. “O último levantamento diz que 61% da população carcerária são de presos provisórios, então há algo de errado, porque a prisão provisória é a exceção. Essa pessoa está ocupando vaga em presídio e gastando recurso do Estado”, apontou.

O próprio defensor tratou do caso de um preso que, desde 1º de abril de 2014, tinha direito à progressão do regime fechado para o semiaberto. “Esse direito foi peticionado em 15 de julho de 2014 e não foi analisado porque o juiz pediu pesquisa para saber se ele estava preso por outro processo. A pesquisa não foi concluída e a pessoa ainda está presa. Eu reiterei o pedido, colocando que o juiz o aprecie afastando a pesquisa, em homenagem à presunção de inocência”, disse.

Dados sobre a superlotação do Complexo do Curado, no Recife (dados de março de 2015)		
Unidade prisional	Qt. de vagas	Qt. de presos
Juiz Antônio Luis Lins de Barros	1.095	3.140
Aspirante Marcelo Francisco de Araújo	465	1.910
Frei Damiano de Bozzano	454	1.819

Fonte: Secretaria-executiva de Ressocialização de Pernambuco

Em nota, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) explicou que, após as rebeliões de janeiro, instalou um regime especial da 1ª Vara Regional de Execução Penal do Estado, para analisar e agilizar processos, com prioridade para ações de presos do Complexo Prisional do Curado. "Até o final de fevereiro, cerca de 1.600 processos da Vara já haviam sido analisados pelos oito juízes que participam do regime".

O documento informa ainda que o regime especial vai durar seis meses, podendo ser prorrogado. Nesse período, as 17 mil ações que estão em andamento na Vara serão analisadas. Uma central de agilização processual, que conta com outros 12 juízes, está se dedicando a avaliar processos de presos provisórios. Veja a íntegra da nota do TJPE ao final desta reportagem.

Presos além da conta

O defensor público do Paraná Henrique Lima de Menezes apresentou um caso mais grave. W.F.A foi condenado a quatro anos por roubo, em setembro de 2008, mas ele continua preso no Complexo do Curado. “Faltou decisão de progressão de regime, decisão de livramento condicional, decisão para indulto e comutação de pena e, finalmente, a decisão para extinção da pena por integral cumprimento. Ele já poderia estar solto há pelo menos cinco anos por meio dos direitos de progressão de pena e livramento condicional. É um típico caso de esquecimento. Ele não deve ter tido advogado e pode se fazer até mea culpa com a Defensoria local, que não prestou assistência jurídica neste caso, devido sua limitação natural [de efetivo]”, apontou.

O defensor público federal Gustavo Hahnemann apresentou história parecida. R.A.S.J tem dois processos por tentativa de furto e de roubo, cuja condenação deu pena unificada de 5 anos e um mês. Ele já tinha cumprido dois anos e sete meses e conseguiu entrar em livramento condicional. No entanto, em junho de 2013, teve esse benefício revogado por ter sido flagrado em um suposto roubo e voltou ao Curado. “Só que nesse processo do retorno, ele foi absolvido e já podia ter acesso novamente ao livramento condicional, mas ele continua preso. Por isso estou entrando com requerimento de indulto, que é uma espécie de perdão da pena. Faltou essa comunicação entre o juiz que absolveu para o juiz da execução”, assegurou.

O defensor público do Maranhão Paulo Rodrigues da Costa e coordenador adjunto do mutirão encontrou um caso semelhante. L.A.S.R foi preso em fevereiro de 2013 por ameaça e lesão corporal em situação de violência doméstica. O processo deveria ter sido resolvido em 180 dias, mas o homem só recebeu uma medida cautelar em maio de 2014,

em um mutirão do Conselho Nacional de Justiça. Ele saiu do Curado e passou a usar tornozeleira, enquanto aguardava julgamento.

Em julho de 2014, o equipamento acusou que L.A.S.R se aproximou da residência da mulher que o tinha denunciado à polícia e ele foi novamente detido, sem flagrante ou determinação judicial, e levado para o Curado. “Ele já está há mais de dois anos preso, somando a primeira e esta prisão. Se ele for condenado por ameaça ou por lesão, terá que ser solto, porque já vai ter cumprido a pena, por isso vou entrar com habeas corpus. Isso reflete, para mim, a completa desorganização do ciclo de comunicação do sistema punitivo do Estado”, afirmou.

O mesmo problema se repete em processo encontrado pela defensora pública do Paraná Andreza Lima de Menezes. J.J.R.S foi preso provisoriamente em maio de 2014, por furto simples. A pena máxima para este crime é de quatro anos de prisão, que poderia ser revertido em regime semiaberto. Em junho de 2014, foi concedida liberdade provisória, mas o alvará não foi cumprido, porque existia um registro desatualizado no Cadastro Nacional de Mandado de Prisão. “Dizia lá que havia um mandado em aberto, mas ele já tinha sido revogado por conta da prescrição do fato. Foi uma receptação em Barreiros [cidade da Mata Sul de Pernambuco], que também não cabe prisão, seria pena no semiaberto. Solicitei que o alvará fosse mandado para o Curado, porque ele foi mandado, de forma errada, para o Cotel, e que fosse dada baixa no cadastro”, disse.

A defensora garantiu que vai entrar também com ação indenizatória. “O erro judiciário é flagrante aqui, é um caso absurdo. Eu tenho me surpreendido negativamente, nesse mutirão, com a falta de cuidado com os processos e falta de informações seguras sobre a movimentação processual”, afirmou.

Sem harmonização entre regimes

O defensor Danilo Caetano, que veio de São Paulo, também ficou alarmado com outro caso. A.F.L foi preso no último dia 3 de março por dois delitos que não resultam em prisão: dirigir sem habilitação e desobediência - segundo policiais, ele acelerou o carro para evitar a blitz. “Esses delitos não permitiriam a prisão em flagrante, só que na pesquisa verificaram a existência de um mandado de prisão aberto contra ele, em 1993, na comarca de Guarulhos [SP]. Verifiquei que este mandado foi revogado em 1996, mas a notícia não chegou aqui, por isso ele foi preso e vou pedir liberdade provisória. Isso foi uma falha administrativa entre as comarcas e, por isso, ele está passando por esta situação degradante”, disse.

Caetano ainda chamou atenção para a falta de “harmonização” entre as penas privativas de liberdade. Ele contou que, em novembro de 2011, J.S.S foi condenado a quatro anos no regime semiaberto por roubo, mas ele cumpre desde então a pena no fechado.

“Faltam oito meses para o cumprimento integral da pena e ele nem teve acesso ao semiaberto, que o juiz já tinha concedido. Pedi indulto e progressão para o regime aberto, que ele já tem direito há muito tempo, pois como não é crime hediondo, só precisaria ter cumprido um sexto da pena. Vamos ver qual dos dois será concedido”, disse. Danilo Caetano participou, em novembro de 2014, de um mutirão carcerário no Paraná e apontou que a situação em Pernambuco é mais grave. “Aqui, a violação dos direitos humanos é bem pior. No Paraná, tem harmonização do regime: se o preso pode

ir para o semiaberto e o estado não tem colônia agrícola ou industrial, ele vai direto para o aberto”, afirmou.

Falta assistência médica

A defensora pública federal Natália Alem alertou para o caso de um preso que está com problemas graves de saúde, com perda dos movimentos em parte do corpo. Segundo ela, também não há condenação e a ausência do atendimento médico adequado no complexo pode beneficiá-lo com prisão domiciliar.

T.G.P foi preso em flagrante por assalto no início de 2014, no interior do estado. Após três meses, começou a responder o processo em liberdade. Em dezembro de 2014, foi flagrado por furto no Recife e levado ao Curado. O jovem relatou à defensora que, em janeiro deste ano, teve uma crise que paralisou a metade esquerda do corpo. Alguns exames foram feitos em um hospital, mas sem laudo conclusivo.

“Ele retornou para a unidade, que não tem cadeira de rodas e está há dois meses dentro da cela, no chão. Ele se matriculou na escola da unidade, mas não pode frequentar as aulas. Ele acabou de chegar, não tem sentença nem investigação, sabe-se lá quanto tempo vai ficar preso. Como a unidade não oferece condições dignas e ele está em uma situação de vulnerabilidade física e psicológica grande, vamos pedir prisão domiciliar. Foi algo que me tocou, e você começa pensar que há casos extremos e a gente precisa ter um pouco de humanidade”, comentou.



Defensores revezam trabalho entre Fórum Joana Bezerra e o Complexo do Curado (Foto: Luna Markman/ G1)

A defensora pública do Rio de Janeiro Mariana Lins e Silva reforça a denúncia sobre a falta de estrutura para atender dependentes químicos. “Não há hospital especializado ou tratamento algum para o dependente. Eu vi uma área lá em que eles são jogados, uma omissão absoluta”, revelou. Ela atendeu um presidiário traqueostomizado que não tem o conjunto da cânula trocado com frequência, como é recomendado, e não tem nem previsão de realizar a cirurgia que pode recuperar a voz dele. “Você percebe que as assistentes, as

enfermeiras, os agentes penitenciários: todos tentam interceder pelos pacientes, mas os órgãos de saúde é que têm que tomar uma providência”, reclamou.

Apelo por reforço na Defensoria Pública

A defensora pública Mariana Granja integra o Conselho Penitenciário de Pernambuco e informou que há 246 defensores atuando no estado. Desde janeiro, 11 deles trabalham dentro das unidades prisionais [veja o quadro ao lado] e um no registro civil. Desses, quatro estão no Complexo do Curado, inclusive ela própria, para atender cerca de sete mil presos -- grosso modo, um defensor para cada 1.750 detentos. A Associação Nacional de Defensores Público recomenda um defensor para 300 presos. “Queremos trabalhar com um defensor para mil presos. Não é ideal, mas é um bom começo. Está

em andamento um concurso com 20 vagas. Caso o governo abra mais 30 cargos, todos esses vão atuar na execução penal”, afirmou.

Granja explicou que este mutirão é o primeiro no qual os presos estão sendo atendidos pessoalmente pelos defensores. “É diferente porque a gente consegue fazer uma troca: eles têm dúvidas e nós levamos a informação, além disso, a gente analisa aspectos de saúde, família. E o Estado está dando condições para o nosso trabalho, reforçaram segurança, entregam a pasta carcerária e histórico da vida do preso”, disse. A defensora ainda destacou que solicitaram ao Judiciário presteza e celeridade em relação às petições e habeas corpus resultantes do mutirão.

Ela mesma fez uma petição para livramento condicional e comutação de pena para o caso de D.R, que foi transferido para o Complexo do Curado em 2004, quando desde 2002 ele poderia estar cumprindo pena no regime semiaberto. “Apenas em 2015 o histórico dele foi atualizado e agora a defensoria está fazendo a petição. Isso ilustra que temos que ter mais cuidado quando estamos lidando com a vida de pessoas”, finalizou. Veja íntegra da nota divulgada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco:

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) explica que instalou um Regime Especial da 1ª Vara Regional de Execução Penal do Estado em 21 de janeiro deste ano que tem como objetivo analisar e agilizar todos os processos da unidade. Foi estabelecida prioridade nas ações de presos do Complexo Prisional do Curado. Até o final de fevereiro, cerca de 1.600 processos da Vara já haviam sido analisados pelos oito juízes que participam do Regime.

O Regime tem prazo de 180 dias, podendo ser prorrogado. Mais de 17 mil ações estão em andamento na Vara e serão analisadas durante o trabalho. Além disso, o presidente do Tribunal também instalou uma Central de Agilização Processual que conta com um grupo de 12 juízes analisando processos de presos provisórios, que ainda não foram julgados.

O Judiciário pernambucano está em contato com o Conselho Nacional de Justiça para conhecer a experiência das Audiências de Custódia, que está funcionando em São Paulo, e busca garantir que presos em flagrante sejam apresentados a um juiz num prazo máximo de 24 horas. O projeto consiste na criação de uma estrutura multidisciplinar nos Tribunais de Justiça, que receberá presos em flagrante para uma primeira análise sobre o cabimento e a necessidade de manutenção dessa prisão ou a imposição de medidas alternativas ao cárcere.

Por fim, o Tribunal informa, ainda, que tem interesse em identificar eventuais problemas no andamento dos processos, solucionando de forma rápida as situações encontradas. Assim, tem apoiado o mutirão realizado pela Defensoria Pública, disponibilizando não só espaço como toda a infraestrutura necessária, como computadores, conexão com a internet e material de expediente para a mobilização. Além de fornecer as informações solicitadas para o bom andamento dos trabalhos.

Assunto: Julgamento do Caso Serrambi pode ser anulado pelo TJPE nesta terça-feira	
Veículo: folhape	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Julgamento do Caso Serrambi pode ser anulado pelo TJPE nesta terça-feira

MPPE pediu anulação do júri que absolveu os irmãos Marcelo e Valfrido Lira

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) deve se reunir, nesta terça-feira (10), às 14h, para votar a apelação dos promotores para que o júri popular que absolveu os irmãos Marcelo e Valfrido Lira, em setembro de 2010, seja anulado.

A decisão a respeito do Caso Serrambi, como ficou conhecido, deverá ser tomada pelos desembargadores Fausto Campos, que é o revisor do processo, Roberto Ferreira Lins, que é o relator, e Odilon de Oliveira Neto, que também compõe a 1ª Câmara Criminal. O procurador de Justiça Criminal do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Gilson Roberto de Melo Barbosa, emitiu parecer negativo ao pedido, em 2014, alegando fragilidade nas provas apresentadas contra os kombeiros.

As adolescentes Tarsila Gusmão e Maria Eduarda Dourado desapareceram em 3 de maio de 2003. Os corpos foram encontrados dez dias depois em um matagal situado no distrito de Camela, no município de Ipojuca, no Litoral Sul do Estado.

Assunto: Polícia Civil deflagra operação para prender 15 suspeitos de assalto e latrocínio	
Veículo: folhape	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Polícia Civil deflagra operação para prender 15 suspeitos de assalto e latrocínio

Suspeitos teriam praticado crimes na região do município de Camaragibe

A Polícia Civil de Pernambuco realiza, nesta terça-feira (10), a quinta etapa da Operação Camará, com objetivo de prender pessoas suspeitas de envolvimento em assaltos, alguns deles com latrocínio. Serão cumpridos quinze mandados de prisão e oito mandados de busca domiciliar expedidos pela Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe.

Na operação, estão sendo empregados 60 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães. A atividade é coordenada pela Diretoria Integrada Metropolitana (DIM). Os presos estão sendo encaminhados para o Grupo de Operações Especiais (GOE), bairro do Cordeiro, Zona Oeste do Recife.

Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital - Homem que tentou matar ex-companheira é julgado nesta segunda	
Veículo: folhape	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Homem que tentou matar ex-companheira é julgado nesta segunda

Até o dia 13, mais de duas mil audiências devem acontecer em todo o Estado

O julgamento realizado pela 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital abre a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa em Pernambuco nesta segunda-feira (9). Durante a mobilização, que acontece até o dia 13, mais de duas mil audiências devem acontecer em todo o Estado. Desde as 9h, no Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, o réu Ednaldo Francisco da Silva é julgado pela tentativa de homicídio, mediante disparos de arma de fogo, da ex-esposa, Marília Ribeiro de Barros. A sessão é conduzida pela juíza Ana Cristina de Freitas Mota.

Segundo a denúncia do Ministério Público de Pernambuco, o crime ocorreu no dia 7 de setembro de 2013, no bairro de Areias. Consta ainda na denúncia que o acusado e a vítima estavam separados havia sete meses, embora o mesmo ainda nutrisse bastante ciúme de sua ex-esposa. Insatisfeito com o fato de que a vítima estava em outro relacionamento, Ednaldo dirigiu-se até a casa de Marília e encostou uma arma de fogo na sua cabeça, chegando a puxar o gatilho, que falhou, ocasião em que a vítima conseguiu correr, sendo atingida por um tiro de raspão na região do braço.

Assunto: Lei que cria Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher será sancionada em Caruaru e Petrolina	
Veículo: JConline	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Lei que cria Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher será sancionada em Caruaru e Petrolina

O ato acontece durante visita de ministra do STF e da chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República



A ministra do Superior Tribunal Federal, Cármen Lúcia, e a ministra chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, estarão presentes nesta terça-feira (10) em Pernambuco para fazer um acompanhamento sobre o andamento dos trabalhos da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. Na presença das duas ministras, o governador do Estado sancionará a lei que cria Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher nos municípios de Caruaru e Petrolina.

As ministras deverão fazer uma visita à Vara de Violência Doméstica Itinerante, localizada atualmente ao lado de uma delegacia móvel da SDS, em Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife (RMR). Elas serão recebidas pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves.

Na unidade móvel, várias mulheres são atendidas e recebem orientação e apoio sobre a Lei Maria da Penha. Elas são recebidas por uma equipe interinstitucional, composta por juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça e apoio sobre a Lei Maria da Penha. A Vara itinerante funciona em um

equipamento móvel com estação de trabalho. Existem alguns guichês de atendimento e salas de audiência, cedidos pela Secretaria de Defesa Social. Ao todo, nove juízes atuarão na unidade, instalada na Casa da Cultura, na Praça Nossa Senhora do Rosário, nº 670, no Centro, das 8h às 18h.

Mais de 2 mil audiências relacionadas a casos de violência contra a mulher já estão agendadas em Pernambuco durante esta semana. As ministras estarão à tarde, por volta das 15h30, na solenidade de sanção da lei. A cerimônia acontecerá no Salão Pleno do palácio da Justiça, no bairro de Santo Antônio.

O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa e é de autoria de Frederico Neves. No município de Caruaru, Agreste do Estado, existem aproximadamente 2 mil processos referentes à violência doméstica. Já na cidade de Petrolina, são mais de 1.400. Os números mostram que, de janeiro a agosto de 2014, a Delegacia da Mulher de Caruaru totalizou 1.172 ocorrências. Em Petrolina o número foi de 617. O crescimento foi superior a 200% .

Assunto: Anulação do júri de kombeiros na pauta do TJPE	
Veículo: JConline	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Anulação do júri de kombeiros na pauta do TJPE

Irmãos Marcelo e Valfrido Lira foram acusados de assassinar adolescentes Maria Eduarda e Tarsila, em 2003



Adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão desapareceram na Praia de Serrambi e foram encontradas mortas

Foto: Arquivo

A apelação do Ministério Público pedindo a anulação do julgamento dos irmãos Marcelo e Valfrido Lira (acusados de serem os assassinos das adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão, em maio de 2003) está na pauta da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Mas não há garantias de que seja julgada nesta terça-feira.

Os kombeiros foram absolvidos pelo júri realizado em 2010, em Ipojuca. O Ministério Público pediu a anulação do julgamento, alegando que a decisão dos jurados foi contrária às provas apresentadas nos autos. Os três desembargadores que compõem a Câmara (o relator, Roberto Ferreira Lins; o revisor, Fausto Campos; e Odilon de Oliveira Neto), se reúnem às 14h, na sede do TJPE. As jovens desapareceram na Praia de Serrambi, Litoral Sul, em maio de 2003.

Assunto: Novo round entre Uchoa e OAB	
Veículo: JCOonline	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Novo round entre Uchoa e OAB

Presidente da Alepe acusa Ordem de perseguição por questão pessoal

Rixa que se prolonga há cinco anos, o presidente Alepe, Guilherme Uchoa (PDT), voltou a confrontar a OAB-PE, nesta segunda-feira (9), acusando a entidade de perseguição “pessoal” desde a presidência de Jayme Asfora. Com a ação civil pública contra sua 4ª reeleição parada na 2ª Vara da Fazenda, Uchoa insinuou que a OAB entrou de propósito com peça jurídica errada. “Só para me irritar”.

Uchoa acusou, ainda, Asfora – vereador e atual secretário da Juventude do Recife – de ter ajudado a OAB a conseguir “doação” da Prefeitura de terreno para estacionamento dos advogados, no Fórum da Joana Bezerra, mas usar a área para “arrecadar”. “É pessoal. Asfora era contra o auxílio-paletó, mas recebeu todos na Câmara. Criticava comissionados, mas nomeou 23 na PCR”, disparou.

O presidente da OAB, Pedro Henrique Reynaldo rebateu, afirmando que o terreno “não é doação” e sim cessão de uso, e que a Ordem repassa R\$ 5 mil/mês para o Instituto de Assistência Social da PCR. “Foram R\$ 280 mil para recuperar a área e R\$ 30 mil/mês para manter”, reagiu. Em nota, Jayme Asfora disse que o convênio “foi fechado quando não estava na PCR, nem ocupava cargo na OAB”.

Assunto: Caso Serrambi: TJPE decide se anula julgamento nesta terça	
Veículo: NE10	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Caso Serrambi: TJPE decide se anula julgamento nesta terça



Se for anulado, um dos crimes mais polêmicos e que chocou a sociedade pernambucana ficará sem reposta após 12 anos
Foto: arquivo

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) deve decidir na tarde desta terça-feira (9), em sessão prevista para as 14h, se anulará ou não o julgamento do Caso Serrambi, como ficou conhecido o assassinato das adolescentes Tarsila Gusmão e Maria Eduarda Dourado. A morte das jovens ocorreu em maio de 2003 e o julgamento dos principais suspeitos, os irmãos kombeiros Marcelo e Valfrido Lira, em 2010.

O pedido de anulação do julgamento foi realizado, poucos dias após a sentença, pelos promotores que acompanharam o caso na época, Ricardo Lapenda e Salomão Abdo Aziz, que não aceitaram o resultado e recorreram da decisão. Só agora, quatro anos depois, o pedido está em fase de decisão na 1ª Câmara Criminal do TJPE. Se for anulado, um dos crimes mais polêmicos e que chocou a sociedade pernambucana ficará mais uma vez sem reposta após 12 anos.

Segundo a assessoria do Tribunal de Justiça, a apelação do MPPE requerendo a anulação do julgamento está na pauta da sessão desta terça, mas sua análise poderá ser adiada, dependendo das demandas do dia. A 1ª Câmara Criminal do Tribunal é formada pelos desembargadores Roberto Lins, Fausto Campos e Odilon de Oliveira Neto.

RELEMBRE O CASO - As adolescentes Tarsila Gusmão e Maria Eduarda Dourado desapareceram no dia 3 de maio de 2003, e os corpos foram encontrados dez dias depois pelo pai de Tarsila, José Vieira, em um canal em Camela, distrito de Ipojuca. Após sete anos de espera, vários personagens, boatos e três inquéritos devolvidos, os kombeiros Marcelo e Valfrido Lira foram absolvidos das acusações de tentativa de estupro e homicídio duplamente qualificado. O julgamento durou cinco dias e ocorreu em setembro de 2010, no Tribunal do Júri de Ipojuca.

Assunto: Promotor pede ajuda de clubes para Juizado do Torcedor funcionar	
Veículo: NE10	Data: 10/03/2015
Editoria:	Seção:



Promotor pede ajuda de clubes para Juizado do Torcedor funcionar

Reunião nesta segunda-feira (9), na sede da Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, discutiu mudanças para o Juizado no Torcedor, criado para que crimes relacionados ao futebol sejam julgados em local especial. O evento contou com a presença do Secretário de Segurança de São Paulo, Alexandre de Moraes, do promotor Paulo Castilho, responsável no Ministério Público dos casos relacionados à violência no futebol, de Youssef Abou Chahin, Delegado-Geral da Polícia do Estado de São Paulo, e de representantes dos quatro clubes grandes de São Paulo.

Ficou decidido que todos enviarão à secretaria propostas para prevenção e fim da impunidade para a violência no futebol e que uma nova reunião será realizada no dia 20 de março. "O Juizado do Torcedor tornaria mais específico julgamento para casos relacionados ao futebol. Ele já existe, mas não tem um local específico, nem funcionários específicos", disse Paulo Castilho.

Hoje, casos relacionados a violência no futebol são tratados em varas normais. Se o Juizado do Torcedor passar a funcionar com eficiência, casos de brigas serão direcionadas a ele, o que pode facilitar investigações. "Há pouco tempo pedimos mandado de busca e apreensão em caso relacionado à violência no futebol e um juiz não aceitou. Precisamos de pessoas especializadas no problema do futebol", disse Castilho.

Na reunião foram discutidos também questões sobre prevenção. Torcida única em clássicos e biometria na entrada dos estádios, para impedir o acesso de torcedores proibidos pela Justiça de acompanhar jogos, foram pontos levantados e que deverão ser discutidos na reunião de 20 de março.

Paulo Castilho fez questão de questionar os clubes sobre ajudas financeiras que dão às torcidas organizadas, como ingressos e auxílio em caravanas para jogos como visitante. Uma das ideias do Ministério Público para tentar enfraquecer as organizadas, envolvidas nas principais brigas entre torcedores, é miná-las financeiramente diminuindo receita com caravanas e auxílio dos clubes.

Pelo São Paulo esteve presente o presidente Carlos Miguel Aidar, do Corinthians o vice-presidente Jorge Kalil, pelo Santos o presidente Modesto Roma e pelo Palmeiras o vice Genaro Marino.